



ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE

Conselho Directivo

DELIBERAÇÃO Nº 4/CD/2009

De 14 de Abril

A Comissão Instaladora da Delegação da Ordem dos Advogados de Moçambique na Província da Zambézia foi criada pela Deliberação nº 13/CD/2007, de 5 de Dezembro.

No artigo 3 da referida deliberação pode-se ler o seguinte: *A comissão instaladora deverá, no prazo de 90 dias subsequentes as da entrada em vigor da presente deliberação, criar condições adequadas para abertura da Delegação e apresentar ao Conselho Directivo o respectivo relatório, contendo o seu parecer sobre os termos e calendário dessa abertura.*

Correu o prazo concedido pelo Conselho Directivo no acto da criação da comissão Instaladora, sem que a mesma cumprisse com os deveres consignados na aludida deliberação.

Por despacho de 14 de Agosto de 2009, o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique concedeu à Comissão Instaladora da Delegação da Ordem dos Advogados de Moçambique um prazo adicional de 60 dias para cumprimento cabal dos deveres impostos pelo artigo 3º da Deliberação nº 13/CD/2007.

Mais uma vez, este prazo correu sem que a comissão a que nos referimos cumprisse com os deveres contidos no acto de criação.

Hoje, volvidos cerca de 1 ano e 4 meses, não se mostram criadas as condições adequadas para a abertura da Delegação e não foi apresentado ao Conselho Directivo o relatório contendo o parecer da comissão sobre os termos e calendário dessa abertura.

É manifesta a incapacidade da Comissão Instaladora da Delegação da Ordem dos Advogados de Moçambique na Província da Zambézia de cumprir com os seus deveres consignados no acto de criação, bem como de realizar o fim para o qual foi criada.

Nestes termos, o Conselho Directivo, reunido na sua 4ª Sessão Ordinária, decidiu por consenso extinguir a Comissão Instaladora da Delegação da Ordem dos Advogados de Moçambique na Província da Zambézia, com efeitos imediatos.

Comunique-se aos membros da comissão, aos advogados da Zambézia, ao Governo Provincial, ao Município de Quelimane, ao Tribunal Judicial da Província da Zambézia e à Procuradoria Provincial da Zambézia.

Maputo, a 14 de Abril de 2009.

O PRESIDENTE

Gilberto Correia